LEI MUNICIPAL Nº 1711

de 18 de dezembro de 2026

“INSTITUI O PRÊMIO PROFESSOR DESTAQUE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAARAPÓ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Prefeita Municipal de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I.

DA INICIATIVA

Art. 1º.

O Prêmio Professor Destaque visa valorizar boas experiências educativas de professores da Rede Municipal de Ensino de Caarapó-MS e permite o compartilhamento dessas experiências entre todos os professores da Rede.

Art. 2º.

São objetivos do Prêmio Professor Destaque:

I.

Promover o reconhecimento e a valorização dos professores das Instituições Educacionais da Rede Municipal.

II.

Incentivar a adoção, estratégias e iniciativas destinadas à melhoria da qualidade da aprendizagem na educação básica, com equidade e alinhados ao Plano Nacional de Educação - PNE e Plano Municipal de Educação - PME.

III.

Fortalecer iniciativas e estratégias alinhadas ao PME que promovam a melhoria continua da qualidade da aprendizagem na educação básica.

Capítulo II.

DO PROCESSO E DATAS IMPORTANTES

Art. 3º.

A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura publicará no site oficial da Prefeitura Municipal de Caarapó-MS, regulamento quanto ao procedimento para participação do concurso "Prêmio Professor Destaque".

Capítulo III.

DA INSCRIÇÃO

Art. 4º.

Poderão se inscrever os professores, coordenadores pedagógicos e gestores/diretores que atendam aos critérios estabelecidos no Regulamento a ser expedido pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Capítulo IV.

DAS CATEGORIAS

Art. 5º.

O Prêmio Professor Destaque é atribuído a quatro categorias, subdivididas em:

I.

Educação Infantil (Campos de Experiências);

II.

Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Áreas do Conhecimento);

III.

Anos Finais do Ensino Fundamental (Áreas do Conhecimento);

IV.

Gestão Educacional (Direção e Coordenação Pedagógica).

Capítulo V.

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 6º.

O processo de avaliação dos projetos inscritos será organizado pela Comissão Organizadora do Processo de Avaliação composta por:

I.

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II.

02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Educação (CME);

III.

02 (dois) representantes da Sociedade Civil,

IV.

02 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

V.

02 (dois) representantes da Associações de Pais e Mestres da Rede Municipal de Ensino;

III.

02 (dois) representantes da Sociedade Civil;

Art. 7º.

A Comissão Organizadora do Processo de Avaliação será instituída por meio de Resolução expedido pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, anterior à data de abertura do período de inscrições.

Capítulo VI.

DOS PRÊMIOS

Art. 8º.

Todos os docentes e respectivos projetos inscritos receberão certificado de participação.

Art. 9º.

Serão premiados os três melhores projetos de cada categoria com os seguintes valores base:

I.

Primeiro lugar: R$ 1.000,00 (um mil reais);

II.

Segundo lugar: R$ 800,00 (oitocentos reais);

III.

Terceiro lugar: R$ 500,00 (quinhentos reais).

1º

Os valores das premiações descritas no artigo 9º desta lei serão corrigidos anualmente pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

2º

Poderão ser entregues outras premiações, em formato de itens e/ou dinheiro, caso houver doação por parte de patrocinadores.

Capítulo VII.

DA SOCIALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

Art. 10..

A socialização dos "Projetos Destaques" contará com a participação de todos os professores da Rede Municipal de Ensino, sendo a apresentação realizada através de seminário presencial, no mês de outubro ou novembro, do ano vigente.

Art. 11..

A organização do seminário será definida pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Capítulo VIII.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12..

O prêmio "Professor Destaque" instituído por esta Lei:

I.

tem natureza indenizatória;

II.

não se incorpora aos vencimentos e aos proventos de aposentadoria;

III.

não integra o cálculo da gratificação natalina e das férias;

IV.

será concedido aos premiados admitidos em caráter temporário, na forma desta Lei.

Art. 13..

As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário.

Parágrafo único. .

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, a natureza de despesa 3.3.90.31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras, bem como a abrir créditos adicionais suplementares destinados ao atendimento das despesas decorrestes desta Lei.

Parágrafo único. .

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, a natureza de despesa 3.3.90.31 — Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras, bem como a abrir créditos adicionais suplementares destinados ao atendimento das despesas decorrentes desta Lei.

Art. 14..

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 1º.

Fica vedado o acesso a cargos públicos do Município de Caarapó, no âmbito da administração direta e indireta, para agressores de mulheres e crianças tendo como base os direitos previstos na Lei Federal n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

I.

Inicia-se a vedação com a condenação em decisão transitada em julgado, que perdurará até o comprovado cumprimento total da pena. Devendo ser atestada a idoneidade moral do candidato no ato da inscrição do concurso ou na entrega de documentos para posse de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.

II.

O atestado de antecedentes criminais, documento que descarta a ausência de idoneidade deve constar do edital.

Subseção IV.

COMISSÕES PERMANENTES E TRANSITÓRIAS

Art. 78-B.

Ao servidor designado para compor comissões permanentes, será devido o pagamento de gratificação sobre o salário base do servidor pelo período que durar a nomeação, conforme regulamento.

Art. 4º.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

I.

Para fins de comissão permanente e transitória, considera-se ainda os fiscais de contrato;

2º

A gratificação terá caráter transitório, não incorporável à remuneração, nem considerada para fins de aposentadoria e pensão, e será de até 100% (cem por cento) do vencimento do cargo de superintendente de licitação, conforme critérios definidos em regulamento próprio.

em caso de concursos públicos, e em lista de documentos a serem entregues em caso de posse em cargos de livre nomeação e exoneração.

3º

A prática de violência contra mulheres e crianças, constitui fator apto a demonstrar a ausência de idoneidade moral para a inscrição em certames de ordem pública e para todos os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas no caput dessa Lei.

4º

As vedações e restrições previstas nesta Lei se aplicam à contratação temporária prevista no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

5º

Fica igualmente vedado a nomeação, designação ou contratação, no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Caarapó, de pessoas condenadas, com decisão transitado em julgado, por crimes de pedofilia, conforme previsto no Código Penal Brasileiro e em legislações especiais, aplicando-se as mesmas restrições e consequência previstas nesta Lei.

Art. 2º.

A Lei Municipal n. 806/2005, de 23 de dezembro de 2005, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos normativos:

Art. 130..

É proibido ao servidor qualquer ação ou omissão capaz de comprometer a dignidade eo decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

XVII.

Praticar, em qualquer espécie, violência doméstica contra a mulher nas condições previstas na Lei Federal n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

Art. 144..

Será aplicada ao servidor a pena de demissão nos casos de:

XIV.

Prática de violência doméstica contra mulher nas condições previstas na Lei Federal n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

Art. 2º.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Caarapó/MS, 18 de dezembro de 2025; 66º da emancipação político-administrativa.
MARIA LURDES PORTUGAL
Prefeita Municipal
Matéria enviada por Adriana Cristina Aveiro Manfré
Procuradoria Geral

LEI MUNICIPAL Nº 1.711/2025, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.
www.diariooficialms.com.br/assomasul 176
Diário Oficial Nº 4004 Terça-feira, 06 de janeiro de 2026 socio A SOMA UL os

Art. 1º.

O Prêmio Professor Destaque visa valorizar boas experiências educativas de professores da Rede Municipal de Ensino de Caarapó-MS e permite o compartilhamento dessas experiências entre todos os professores da Rede.

Art. 3º.

A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura publicará no site oficial da Prefeitura Municipal de Caarapó-MS, regulamento quanto ao procedimento para participação do concurso "Prêmio Professor Destaque".

Capítulo IV.

DA CATEGORIAS

& 1º Os valores das premiações descritas no artigo 9º desta lei serão corrigidos anualmente pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

& 2º Poderão ser entregues outras premiações, em formato de itens e/ou dinheiro, caso houver doação por parte de patrocinadores.

Art. 10..

A socialização dos "Projetos Destaques" contará com a participação de todos os professores da Rede Municipal de Ensino, sendo a apresentação realizada através de seminário presencial, no mês de outubro ou novembro, do ano vigente.

Art. 12..

O prêmio "Professor Destaque" instituído por esta Lei:

I.

tem natureza indenizatória;

II.

não se incorpora aos vencimentos e aos proventos de aposentadoria;

III.

não integra o cálculo da gratificação natalina e das férias;

IV.

será concedido aos premiados admitidos em caráter temporário, na forma desta Lei.

Caarapó/MS, 18 de dezembro de 2025; 66º da emancipação político-administrativa.
MARIA LURDES PORTUGAL
Prefeita Municipal
Matéria enviada por Adriana Cristina Aveiro Manfré

www.diariooficialms.com.br/assomasul 178

Registra-se e Publica-se

MARIA LURDES PORTUGAL Prefeita Municipal

Lei Municipal Nº 1711/2026 - 18 de dezembro de 2026

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em